



SEBRAE

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

ANALISTA TÉCNICO II – EDUCAÇÃO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos do Sebrae
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**COMUNICADO Nº 1 – SEBRAE PSE 1-2026
DE 9 DE JANEIRO DE 2026**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEBRAE

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS

Analista Técnico II –
Educação

**COMUNICADO Nº 1 – SEBRAE PSE 1-2026, DE 9 DE
JANEIRO DE 2026**

CÓD: SL-042JN-26
7908433289531

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	16
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	18
5. Emprego de tempos e modos verbais	22
6. Domínio da estrutura morfosintática do período; Emprego das classes de palavras.....	25
7. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	28
8. Emprego dos sinais de pontuação	32
9. Concordância verbal e nominal	38
10. Regência verbal e nominal.....	39
11. Emprego do sinal indicativo de crase.....	42
12. Colocação dos pronomes átonos	44
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto	45
14. Significação das palavras.....	46
15. Substituição de palavras ou de trechos de texto	47
16. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	48
17. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	51

Conhecimentos do Sebrae

1. Sistema Sebrae: Características e escopo de atuação do sistema Sebrae; História do Sebrae: da criação aos dias atuais .	61
2. Público-alvo do Sebrae	64
3. Produtos e serviços do Sebrae.....	66
4. Conceitos e práticas de ESG	68
5. Resolução CDN nº 493/2024 — Regulamento de Licitação e Contratos do Sistema Sebrae (disponível no endereço eletrônico.....	70
6. Noções da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).....	86

Conhecimentos Específicos Analista Técnico II – Educação

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Princípios da BNCC; Currículo escolar	103
2. Educação formal	140
3. Metodologias de ensino	141
4. Políticas educacionais	142
5. Realidade escolar.....	146
6. Metodologias ativas.....	149
7. Empreendedorismo: atitudes e comportamentos empreendedores	150
8. Educação empreendedora	156

ÍNDICE

9. Gestão de projetos.....	156
10. Gestão de Projetos educacionais	157
11. Matriz curricular e itinerários formativos	158

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências,

inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

CONHECIMENTOS DO SEBRAE

SISTEMA SEBRAE: CARACTERÍSTICAS E ESCOPO DE ATUAÇÃO DO SISTEMA SEBRAE; HISTÓRIA DO SEBRAE: DA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

CARACTERÍSTICAS E ESCOPO DE ATUAÇÃO DO SISTEMA SEBRAE

O Sistema Sebrae é uma das principais instituições brasileiras voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo e dos pequenos negócios. Sua atuação está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico sustentável, à ampliação da competitividade empresarial e à geração de oportunidades de trabalho e renda. O foco do sistema recai sobre os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, segmentos que representam a maior parte dos empreendimentos ativos no país e exercem papel estratégico na economia nacional.

O **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** é uma entidade privada sem fins lucrativos, de interesse público, integrante do Sistema S. Embora não componha a administração pública direta, sua atuação é alinhada às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, funcionando como um elo entre o Estado, o mercado e os empreendedores.

A finalidade institucional do Sebrae é criar um ambiente favorável ao surgimento, à formalização, ao crescimento e à consolidação dos pequenos negócios. Para isso, a instituição atua de forma preventiva e orientadora, reduzindo riscos, ampliando o acesso à informação e promovendo a profissionalização da gestão empresarial. O Sebrae não concede crédito nem executa atividades comerciais, concentrando-se exclusivamente no apoio técnico, educacional e estratégico.

► Princípios que orientam a atuação

A atuação do Sistema Sebrae é estruturada a partir de um conjunto de princípios institucionais que asseguram coerência, foco e efetividade às suas ações em todo o território nacional. O reconhecimento do pequeno negócio como vetor fundamental do desenvolvimento econômico constitui o eixo central dessa atuação. Micro e pequenas empresas exercem papel estratégico na geração de empregos, na circulação de renda e na dinamização das economias locais e regionais, contribuindo para a redução das desigualdades e para a diversificação das atividades produtivas. Ao concentrar esforços nesse segmento, o Sebrae atua diretamente no fortalecimento da base econômica do país, estimulando negócios mais estruturados, competitivos e capazes de se manter no mercado.

Outro princípio central é a educação empreendedora, compreendida como um processo contínuo e integrado de desenvolvimento de competências ao longo da trajetória do empreendedor e do negócio. O Sebrae busca ampliar a

técnicas, como planejamento estratégico, controle financeiro, formação de preços e análise de resultados, fundamentais para a sustentabilidade econômica das empresas. Paralelamente, promove o fortalecimento de competências comportamentais, como liderança, iniciativa, visão de futuro, organização e capacidade de tomada de decisão, reconhecendo que o desempenho empresarial está diretamente associado às atitudes e ao comportamento do empreendedor frente aos desafios do mercado.

A inovação também orienta de forma consistente a atuação institucional do Sebrae, sendo tratada de maneira ampla e aplicada à realidade dos pequenos negócios. Esse princípio envolve não apenas o desenvolvimento de novos produtos ou serviços, mas também a melhoria contínua de processos, a adoção de tecnologias acessíveis, a revisão de modelos de negócio e a criação de novas formas de relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros. De forma complementar, a sustentabilidade é incorporada como valor estratégico, incentivando práticas empresariais responsáveis que equilibrem resultados econômicos, impactos sociais positivos e cuidados com o meio ambiente. Essa abordagem contribui para a construção de negócios mais resilientes, alinhados às demandas contemporâneas do mercado e às expectativas da sociedade.

► Abrangência e estrutura de atuação

O Sistema Sebrae possui atuação em todo o território nacional, estruturando-se de maneira descentralizada e integrada. Existe uma unidade nacional responsável pela definição de diretrizes estratégicas, metodologias, programas e conteúdos, garantindo alinhamento institucional. Paralelamente, os Sebraes estaduais e do Distrito Federal executam as ações de forma adaptada às características econômicas, sociais e produtivas de cada região.

Essa estrutura assegura elevada capilaridade, permitindo atendimento presencial e remoto em municípios de diferentes portes, inclusive em regiões com menor acesso a serviços especializados. A proximidade com os empreendedores favorece o diagnóstico das necessidades locais e a oferta de soluções mais adequadas à realidade de cada território.

O escopo de atuação do Sebrae abrange todas as etapas do ciclo empreendedor. No momento inicial, a instituição orienta potenciais empreendedores quanto à viabilidade de ideias de negócio, análise de mercado, escolha do enquadramento jurídico e processos de formalização, incluindo o apoio específico ao microempreendedor individual.

Para empresas em funcionamento, o Sebrae oferece soluções voltadas ao aprimoramento da gestão, envolvendo finanças, marketing, vendas, formação de preços, controle de custos, planejamento estratégico e gestão de pessoas. Esses serviços são disponibilizados por meio de atendimentos individuais, consultorias especializadas, cursos presenciais e a distância, oficinas práticas e programas estruturados de acompanhamento.

Além disso, o Sebrae atua como importante fonte de informação empresarial, produzindo estudos, pesquisas, cartilhas, ferramentas e conteúdos digitais que auxiliam a tomada de decisão dos empreendedores.

As ações do Sistema Sebrae estão organizadas em áreas estratégicas consideradas essenciais para a sustentabilidade dos pequenos negócios. A gestão empresarial é um eixo estruturante, pois influencia diretamente a eficiência, a rentabilidade e a longevidade das empresas.

A inovação e a tecnologia são trabalhadas como instrumentos de diferenciação competitiva, estimulando a modernização dos negócios e a adaptação às transformações do mercado. O acesso a mercados constitui outra área relevante, com iniciativas voltadas à ampliação de canais de venda, participação em feiras e eventos, integração em cadeias produtivas e inserção em compras públicas e privadas.

A educação empreendedora, por sua vez, permeia todas as áreas de atuação, reforçando a formação de uma cultura empreendedora sólida e orientada para resultados.

► Papel no desenvolvimento econômico e social

O Sistema Sebrae exerce um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social ao fortalecer um segmento empresarial que concentra parcela expressiva da geração de empregos formais e informais no país. Os pequenos negócios desempenham função essencial na absorção de mão de obra, na circulação de renda e na manutenção da atividade econômica, especialmente em municípios de pequeno e médio porte. Ao apoiar a criação, a formalização, a consolidação e o crescimento desses empreendimentos, o Sebrae contribui diretamente para a dinamização das economias locais e regionais, ampliando oportunidades de trabalho, estimulando o empreendedorismo como alternativa de inserção produtiva e promovendo o aumento da renda das famílias.

A atuação do Sistema Sebrae é caracterizada pela articulação permanente com parceiros públicos e privados, o que amplia o alcance territorial e institucional de suas ações e potencializa os resultados obtidos. Essa atuação integrada envolve órgãos governamentais, instituições financeiras, entidades empresariais, organizações de ensino e pesquisa e demais atores do ecossistema empreendedor. Ao operar de forma colaborativa, o Sebrae consolida-se como agente de desenvolvimento, capaz de conectar políticas públicas, iniciativas privadas e demandas dos empreendedores. Dessa forma, o sistema ultrapassa o apoio individual às empresas e contribui para a construção de ambientes econômicos mais equilibrados, competitivos e sustentáveis, fortalecendo estruturas produtivas locais e promovendo o desenvolvimento de longo prazo.

HISTÓRIA DO SEBRAE: DA CRIAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A trajetória histórica do Sebrae está diretamente relacionada às transformações econômicas, sociais e produtivas do Brasil. Ao longo do tempo, a instituição evoluiu de uma iniciativa voltada ao apoio técnico às pequenas empresas para um sistema nacional estruturado, reconhecido como agente estratégico de desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo.

► Contexto histórico de criação

O surgimento do Sebrae está diretamente associado ao contexto econômico brasileiro das décadas de 1960 e 1970, período caracterizado por um processo intenso de industrialização, acelerada urbanização e forte concentração do crescimento econômico em determinadas regiões do país. Embora esse modelo tenha impulsionado a expansão da produção e do mercado interno, também aprofundou desigualdades regionais e evidenciou fragilidades estruturais das micro e pequenas empresas, que operavam, em grande parte, de forma pouco organizada e com reduzida capacidade de competir. Nesse cenário, esses empreendimentos enfrentavam obstáculos recorrentes, como acesso restrito a crédito, carência de conhecimento gerencial, baixa produtividade, elevada informalidade e limitada inserção em políticas públicas e programas de fomento ao desenvolvimento econômico.

A inexistência de uma política pública estruturada e contínua voltada aos pequenos negócios evidenciou a necessidade de uma instituição especializada no apoio técnico e gerencial a esse segmento. Tornou-se fundamental oferecer orientação qualificada, estimular a organização empresarial e disseminar práticas básicas de gestão. Essas ações buscavam reduzir a vulnerabilidade das micro e pequenas empresas diante das mudanças econômicas. Esse contexto impulsionou a criação de um modelo institucional específico para o fortalecimento desses empreendimentos. Tal modelo baseou-se no reconhecimento do papel estratégico dos pequenos negócios na geração de empregos. Também considerou sua contribuição para a dinamização das economias locais e regionais e para um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo no país.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas foi criado em 1972, inicialmente com a denominação de Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (Cebrae), em um contexto no qual o Estado buscava instrumentos para fortalecer a base produtiva nacional. Em sua fase inicial, a instituição estava vinculada à administração pública federal, atuando como um órgão de apoio técnico com foco na melhoria da gestão das pequenas empresas, especialmente nos setores industrial e comercial, considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do período.

► Processo de transformação institucional

Nos primeiros anos de atuação, as ações do Sebrae concentraram-se na oferta de orientações técnicas, capacitações introdutórias em gestão empresarial e apoio à modernização administrativa dos empreendimentos atendidos. O objetivo principal era elevar o nível de organização, eficiência e controle das pequenas empresas já existentes, reduzindo fragilidades operacionais e gerenciais. Nesse momento histórico, o público atendido era majoritariamente composto por empresários já estabelecidos, havendo ainda pouca atuação voltada aos potenciais empreendedores ou às etapas iniciais de criação e formalização de novos negócios.

Ao longo das décadas seguintes à sua criação, o Sebrae passou por um processo contínuo de transformação institucional, alinhado às mudanças do ambiente econômico, à reestruturação do Estado brasileiro e à crescente complexidade das demandas do setor produtivo. Esse processo refletiu a necessidade de ampliar o alcance e a efetividade das ações de apoio aos pequenos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): PRINCÍPIOS DA BNCC; CURRÍCULO ESCOLAR

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

► Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017:

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

▪ Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

► Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

► Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

► 1. INTRODUÇÃO

▪ A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.



**GOSTOU DESSE
MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!